



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

PROJETO DE VOTO DE CONDENAÇÃO Nº 440/XIV/2.^a
Pela invasão do Capitólio e o ataque contra a democracia nos Estados Unidos da América

No passado dia 6 de janeiro, o Capitólio, a sede do Congresso dos Estados Unidos da América, englobando o Senado e a Câmara dos Representantes, foi atacado e invadido por milhares de manifestantes, durante a sessão de confirmação dos resultados eleitorais, que determinaram Joe Biden como presidente dos Estados Unidos da América.

Esta invasão, amplamente difundida nos media, ocorreu na sequência de um comício onde o presidente cessante, instigando os presentes, proferiu frases como *“Eu estarei com vocês. Vamos andar até o Capitólio”* ou *“Nós vamos parar com o roubo”*, e assinala um dos momentos mais sombrios da história recente da democracia norte-americana.

Forçando a entrada no Capitólio, os insurretos ocuparam gabinetes de congressistas, nomeadamente o da presidente da Câmara dos Representantes e a própria cadeira do presidente do Senado, tendo vandalizado diversas estruturas. Da invasão resultaram 5 mortes, entre as quais a de um agente da Polícia do Capitólio, ferido durante a ocorrência, sabendo-se, ainda, que se encontravam preparados no local engenhos explosivos.

Este ataque, prontamente condenado por todos os ex-presidentes norte-americanos ainda vivos e diversos senadores e congressistas, incluindo do partido republicano, é um ato que, pela sua natureza e impacto sobre a instituição parlamentar, deve indignar todos os democratas, obrigando a uma previdente reflexão sobre fenómenos de intolerância e populismo que disruptivamente ameaçam estender-se a outras paragens, contaminando o funcionamento das democracias.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, condena a invasão do Capitólio durante a sessão de validação das eleições presidenciais e solidariza-se com os seus parlamentares e funcionários, sublinhando a permanente



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

necessidade de defender e salvaguardar o pleno funcionamento da instituição parlamentar democrática.

Os Deputados: